
LIBERDADE & ORTODOXIA: O CASO DA FILIAL DO BANCO NACIONAL ULTRAMARINO EM LOURENÇO MARQUES

ELISIÁRIO JOSÉ VITAL MIRANDA

Escola de Arquitectura da Universidade do Minho (EAUM), Guimarães

elisariom@arquitectura.uminho.pt / elisariom@gmail.com**Resumo**

À época da sua construção a nova filial do Banco Nacional Ultramarino em Lourenço Marques veio substituir o funcionalmente inadequado edifício existente. O projeto e a fiscalização da obra, concretizados entre 1954 e 1964, foram da responsabilidade de José Alexandre Gomes Bastos (1914-1991), arquiteto com escritório em Lisboa. Tomando como referência alguns edifícios que observa durante a sua viagem à África do Sul, José Bastos desenha o edifício do BNU como resposta à exigência de modernidade que descobre no urbanismo e na arquitetura de Lourenço Marques.

O programa inicial do edifício, que se localiza na zona histórica da baixa de Maputo, na envolvente próxima da Praça 25 de Junho, previa uma complexa organização programática que refletia os diferentes papéis que a instituição cumpria. O seu espaço interior estava estruturado em diversas zonas funcionais que foram sendo definidas ao longo do processo de projeto e construção sobre a matriz em *plan libre* de cada piso, um microcosmo programático de atividades distintas que ultrapassavam a sua estrita função bancária.

O edifício tem a forma de um quadrilátero com três frentes urbanas, uma empena encerrada e um pátio de iluminação e ventilação ao centro. As volumetrias dos quatro corpos são formalmente unificadas pelos alpendres que ligam as três frentes, pelo desenho das *fenêtres en longueur* e pela repetição de módulos dimensionais constantes. O jogo de claro-escuro do *brise-soleil* fixo da frente sobre a Avenida 25 de Setembro enfatiza a representatividade institucional do edifício, enquanto o grande vão horizontal com *brise-soleil* regulável do alçado à Rua Consiglieri Pedroso assinala a presença da instituição no contexto urbano envolvente.

Exemplo de integração sintética de diversas obras de arte no projeto de arquitetura, conforma uma *Gesamtkunstwerk* para a qual contribuíram conhecidos artistas plásticos metropolitanos e moçambicanos.

Na sua arquitetura articulam-se as linguagens que caracterizaram diferentes momentos do Movimento Moderno em Portugal, entre a produção que antecedeu a II Guerra Mundial e o Estilo Internacional do segundo pós-guerra.

O projeto e a construção da filial de Lourenço Marques do Banco Nacional Ultramarino foram informados por um dado programático de base: a necessidade de conferir à arquitetura do novo edifício a capacidade de representar a pluralidade funcional e o papel institucional representado pelo banco no tecido económico e no contexto ideológico locais. O discurso proferido pelo governador do BNU em 25 de Julho de 1964 durante a cerimónia de inauguração presidida pelo almirante Américo Tomás, confirma a instrumentalização da linguagem internacional deste edifício em favor da ideologia nacionalista e da utopia colonial do regime do Estado Novo.

Com a independência do país as funções do Banco Nacional Ultramarino foram transferidas para o Banco de Moçambique e o edifício da filial passou a albergar a sede do novo banco central. A julgar pela aparência exterior do edifício, assim como dos espaços interiores do primeiro piso acessíveis ao público, encontra-se em bom estado de conservação.

Palavras-chave: Arquitetura, Movimento Moderno, colonial, bancário

*

O Banco Nacional Ultramarino (BNU), instituição privada fundada em 1864, foi o único banco português que obteve autorização para a emissão de notas nas ex-colónias portuguesas. Em Moçambique foi, em simultâneo, o banco emissor, o tesoureiro do governo e o principal banco comercial do território.

A filial do BNU em Lourenço Marques, atual Maputo, funcionou entre 1913 e 1958, num edifício com uma fachada *Beaux-Arts* desenhada pelo arquiteto José Cristiano de Paula Ferreira da Costa. Localizava-se na baixa da cidade, na envolvente próxima da Praça 25 de Junho, antiga Praça 7 de Março, entre duas das mais representativas artérias da cidade colonial novecentista, a Rua Consiglieri Pedroso e a Avenida da República, atual 25 de Setembro. O edifício ocupa grande parte de um quarteirão de transição entre a estrutura urbana do antigo Presídio de Lourenço Marques e a malha ortogonal proposta no *Projeto de Ampliação da Cidade de Lourenço Marques* pelo major engenheiro António José de Araújo.

O projeto e a fiscalização do novo edifício foram entregues à responsabilidade de José Gomes Bastos, arquiteto que pode ser incluído na II geração de arquitetos modernos portugueses. José Bastos desenha o edifício do BNU como uma resposta à exigência de modernidade que descobre no urbanismo e na arquitetura de Lourenço Marques, referindo igualmente como modelo edifícios de arquitetura moderna que observa em 1954, durante a sua viagem à África do Sul.

O desenho do edifício foi concretizado ao longo das seguintes etapas: em 1954, durante a permanência do autor em Lourenço Marques, foi realizado um primeiro esboço no qual se definiram as linhas gerais do programa funcional do edifício; no mesmo ano foi apresentado um anteprojecto com a implantação condicionada aos limites irregulares do terreno onde se encontravam os serviços do banco; em 1955 foi apresentado e aprovado um anteprojecto que levou em consideração a ampliação e regularização dos limites do terreno através da expropriação e demolição das construções existentes, e no qual se estabeleceram os princípios arquitetónicos a que o projeto iria obedecer ao longo do seu desenvolvimento posterior; no início de 1960 foi entregue o projeto final, que consolidou e complementou a apresentação anterior com os desenhos de pormenorização construtiva necessários à execução dos toscos. Ao longo do processo de edificação foram ainda introduzidas novas alterações ao projeto, nomeadamente o crescimento da volumetria da frente Sudoeste em mais dois pisos, conforme um novo alinhamento previsto pela Câmara Municipal para as cercas da Rua Consiglieri Pedroso. O contrato para a construção e acabamentos da filial do BNU foi assinado em meados de 1957 tendo as demolições das construções existentes sido concluídas um ano depois e a edificação do edifício tido início entre o final de 1958 e o início de 1959. A inauguração teve lugar em 25 de Julho de 1964.

A volumetria da filial do BNU tem a forma de um anel retangular, com três frentes urbanas e uma empena encerrada. O acesso à zona de atendimento público do piso térreo faz-se por entradas opostas abertas sobre as duas artérias principais, sendo as entradas para o pessoal do banco e para as habitações dos pisos superiores realizadas pela travessa lateral. Os volumes do complexo são formalmente unificados pelos alpendres em forma de palas de betão que ligam as três frentes urbanas, pelo desenho das *fenêtres en*

longueur e pela repetição de dois módulos dimensionais constantes, exteriormente plasmados no ritmo de elementos que subdividem verticalmente os vãos exteriores.

A frente para a Avenida 25 de Setembro, com sete pisos acima da cota de soleira, é a que tem maior altimetria e simultaneamente maior autonomia volumétrica. O jogo de claro-escuro do profundo *brise-soleil* do Alçado Nordeste, entre o piso térreo envidraçado e assente em *pilotis* e o terraço do piso superior recuado, enfatiza a fachada principal do edifício e a sua representatividade institucional. A frente para a Rua Consiglieri Pedroso, com uma altimetria de dois pisos à face da rua e seis pisos recuados, estabelece a transição entre a massa monumental do edifício e a escala mais apertada desta artéria urbana. Nesta frente um volume prismático, suspenso acima da pala do alpendre, rasgado por um grande vão horizontal saliente e protegido por *brise-soleil* de lâminas verticais, afirma na autonomia do seu desenho a presença da instituição no contexto urbano envolvente.

O centro do anel constitui um vasto pátio de iluminação e ventilação de todos os pisos com exceção do primeiro. No seu interior as diferentes altimetrias prismáticas dos quatro braços articulam-se com as palas horizontais sobre os terraços, o volume cilíndrico da escadaria helicoidal e a superfície curva da abóbada que cobre a zona de trabalho do espaço de atendimento público.

Cada piso do edifício, limitado pelos contornos variáveis das volumetrias exteriores, dimensionado pela malha estrutural e compositiva patente nos alçados exteriores e condicionado pelos elementos verticais constantes, constitui uma matriz em *plan libre* divisível de acordo com as diferentes necessidades de organização funcional. De acordo com a documentação recolhida no Arquivo Histórico do ex-Banco Nacional Ultramarino, atualmente ao cuidado da Caixa Geral de Depósitos, os diversos pisos do edifício deveriam apresentar, à época da sua inauguração, a seguinte composição espacial e organização funcional internas:

- O primeiro piso, piso de cave, com entrada autónoma pela Travessa da Laranjeira, continha os vestiários do pessoal, instalações técnicas, sala dos cofres de aluguer e diversas casas fortes;
- O segundo piso, piso térreo, é integralmente ocupado pelos dois vestíbulos de entrada e pela sala do público e do expediente. Unindo as duas entradas do público em frentes opostas um mural gravado em mármore desenrola longitudinalmente a narrativa da tomada de Tânger. A zona de atendimento público subdivide-se, através de um balcão ziguezagueando entre os elementos estruturais, em espaço de público e secções de expediente e letras, estas últimas ocupando zonas centrais de trabalho cobertas e iluminadas por uma abóbada translúcida, suportada por uma estrutura de betão. A representatividade dos espaços interiores deste piso é ainda enfatizada pela escada helicoidal que liga entre si todas as zonas de acesso público do edifício;

-
- O terceiro piso subdivide-se em zona de acesso público, um vestíbulo na frente à Avenida 25 de Setembro. Com o seu topo Sudeste integralmente revestido com uma pintura a óleo de grande dimensão, este *hall* está rodeado por balcões de diversos serviços de atendimento público. A zona reservada a funcionários e serviços internos do banco, ocupam os restantes braços do edifício;
 - O quarto piso, ou piso da administração, está centralizado no grande vestíbulo de representação, qualificado pela escada helicoidal que nele desemboca e pelo painel que reveste toda a extensão do seu topo Sudeste. Ocupam este piso os principais espaços de trabalho da administração e dos restantes funcionários superiores;
 - O quinto piso contém os espaços de apoio aos trabalhadores do banco: secretaria dos serviços de pessoal, posto médico e centro social. ou lúdico. Este último compreende sala de leitura, biblioteca, sala de jogos de mesa, gabinetes da direção e do grupo desportivo, cozinha, bar, salas de ping-pong e de bilhar;
 - O sexto e sétimo pisos subdividem-se em duas zonas fisicamente separadas: zona habitacional para funcionários superiores na frente à Av. 25 de Setembro e zona de serviços internos do banco na frente à Rua Consiglieri Pedroso;
 - O oitavo piso, zona de receção da administração, é composto por um volume recuado sobre a frente à Avenida 25 de Setembro. Alberga espaços de carácter eminentemente representativo que abrem para um vasto terraço destacado sobre o perfil Nordeste da cidade.

Ao contemplar atividades que ultrapassam a sua estrita função institucional, como o centro lúdico e o posto médico do 5.º piso, a zona de assistência social do 6.º e as habitações do 6.º e 7.º, para além das zonas dos serviços internos e de atendimento público da cave, 1º, 2º, 3º e 8.º pisos, a filial do BNU caracterizava-se como um microcosmo programático - um complexo multifuncional ou um condensador social involuntário.

Edifício sede do banco emissor de moeda, a filial constituiu um exemplo de integração sintética de diversas obras de arte. Por convite direto de José Gomes Bastos contribuíram para esta *Gesamtkunstwerk* Querubim Lapa, com um painel de cerâmica policromada em baixo-relevo, colocado no exterior da entrada principal, Manuela Madureira, com as três esculturas de bronze suspensa da parede do fundo do átrio principal, Estrela Faria, com o desenho para o revestimento a mosaico de vidro de Murano das paredes da escada helicoidal, executado em Itália e assente em Lourenço Marques por mosaicistas da fábrica italiana, Francisco Relógio, com o desenho inciso em mármore da conquista de Tânger que preenche integralmente os 80m de extensão da parede Nordeste da sala do público do rés-do-chão, e Rolando Sá Nogueira com a pintura a óleo sobre a parede Sudeste do átrio do público do 3º piso.

Por iniciativa da administração realizou-se em 1962 um concurso entre artistas plásticos da Província para a realização de um painel destinado a preencher toda a extensão da parede Sudeste do vestíbulo da administração, no quarto piso do edifício. Para este concurso, que contou com o apoio de José Gomes Bastos na elaboração do regulamento e da relação de artistas a consultar, foram convidados os seguintes artistas locais: Bertina Lopes, Antero Machado, José Freire, João Aires, João Paulo, José Pádua e Jorge Garizo do Carmo, a quem foi atribuída a execução do trabalho. Pelos gabinetes do edifício foram ainda distribuídas pinturas de João Aires, Dana Michahelles, Araújo Soares, João Paulo e José Pádua, e no centro social foram colocados painéis por Bertina Lopes e Malangatana Ngwenya Valente, autor do mural que cobre a parede do fundo do salão de festas da Associação dos Empregados.

Na linguagem do edifício do BNU articulam-se duas expressões da arquitetura do Movimento Moderno: enquanto o volume central, na sua depuração formal, expressão utilitária e equilíbrio de massas, se refere à produção arquitetónica que antecedeu a II Guerra Mundial, a liberdade compositiva que informa o desenho das duas frentes principais do edifício reporta-se à arquitetura do Movimento Moderno do segundo pós-guerra. O empreendimento da sua construção foi informado por um dado programático de base: a necessidade de conferir à arquitetura do novo edifício a capacidade de monumentalizar a pluralidade funcional e o papel institucional representados pelo banco no tecido económico e no contexto ideológico locais. O discurso proferido durante a cerimónia de inauguração pelo governador do Banco Nacional Ultramarino, Francisco Vieira Machado, na presença do Presidente da República, almirante Américo Tomás, do ministro do Ultramar, comandante Peixoto Correia, do governador-geral de Moçambique, general Costa e Almeida, e do arcebispo de Lourenço Marques, D. Custódio Alvim Pereira, entre outros convidados, atesta bem o significado atribuído a este edifício, instrumento arquitetónico de linguagem moderna ao serviço da utopia colonial do regime do Estado Novo.

“Vai Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, visitar o novo edifício do Banco emissor da capital da província de Moçambique. Talvez o ache demasiadamente vasto, luxuoso em demasia. Propositadamente assim o quisemos. É que pretendemos testemunhar, não só por palavras, mas por obras visíveis também, a nossa absoluta, total confiança no progresso da província, no seu desenvolvimento, na sua riqueza, no seu futuro sempre português.

Na nossa África nada é demasiadamente grande porque a rapidez da evolução é estonteante e o que hoje é suficiente o amanhã torna-o acanhado. (...) E pretendemos que o edifício fosse digno e belo, como é próprio da instituição cujos serviços vai albergar e que tem por dever servir de exemplo e de estímulo.

(...) Terra de Moçambique, batizada portuguesa e com o sangue dos nossos soldados e com o suor dos nossos colonos, terra de Moçambique muito minha querida, como não havia de o seu Banco emissor, podendo fazê-lo, deixar de dotar a sua capital, exótica flor de magia, com um monumento digno da sua grandeza, da sua pujança, da opulência magnífica da sua potencialidade?!

Este edifício é assim, senhor Presidente, um grito de amor e de fé!”¹

¹ Francisco Vieira Machado in *Boletim Geral do Ultramar*, N^{os} 469-470, Julho / Agosto de 1964, p. 115-119.

Com a independência de Moçambique em 1975 as funções oficiais que o BNU desempenhava foram transferidas para o Banco de Moçambique. O edifício da antiga filial passou a albergar as instalações da sede do Banco Central do novo país.